

Abril de 2018 - Ano XIV - www.aptafurg.org.br



SINDICATO NA LUTA



CRÉDITO DA IMAGEM: FRANCISCO PRONER RAMOS

#LULAVALEALUTA!

g ê n e r o

STF AUTORIZA PESSOA TRANS A MUDAR NOME MESMO SEM CIRURGIA OU DECISÃO JUDICIAL



PESSOAS TRANS PODERÃO

MUDAR NOME E GÊNERO

DIRETAMENTE NO CARTÓRIO

draglicious

Por Ana Pompeu

<https://www.conjur.com.br/>

Todo cidadão tem direito de escolher a forma como deseja ser chamado. Assim definiu o Supremo Tribunal Federal nesta quinta-feira (1º/3), por unanimidade, ao reconhecer que pessoas trans podem alterar o nome e o sexo no registro civil sem que se submetam a cirurgia. O princípio do respeito à dignidade humana foi o mais invocado pelos ministros para decidir pela autorização.

Com o resultado, o interessado na troca poderá se dirigir diretamente a um cartório para solicitar a mudança e não precisará comprovar sua identidade psicossocial, que deverá ser atestada por autodeclaração. O STF não definiu a partir de quando a alteração estará disponível nos cartórios.

Na avaliação de Lewandowski, caberia a cada juiz analisar requisitos de acordo com o caso concreto.

O primeiro a votar foi o ministro Ricardo Lewandowski, citando os princípios da autodeterminação, da autoafirmação e da dignidade da pessoa humana. Ele, no entanto, considerava necessária a etapa judicial para a alteração do nome registrado no nascimento.

“Sou contrário ao estabelecimento de requisitos mínimos que permitam a alteração. Cabe ao julgador, à luz do concreto e vedada qualquer forma de abordagem patologizante da questão, verificar se estão preenchidos os requisitos para a mudança.

Para isso, poderá se valer de depoimentos de pessoas que conheçam o solicitante ou outros meios de prova, como declarações de médicos e psicólogos”, afirmou.

Para Lewandowski, a mudança pode afetar terceiros, como credores, e ter impacto no que diz respeito à Justiça Penal, como antecedentes criminais. Portanto, a decisão judicial reduziria a possibilidade de eventuais fraudes e evitaria uma série de mandados de segurança, caso cartórios se neguem a aceitar mudanças por conta própria.

O ministro lembrou também que a alteração de nome ou de grafia só pode se dar por força de lei. Da mesma forma entendeu Gilmar Mendes.

Na quarta, o relator do caso, ministro Marco Aurélio, defendeu a “vivência desimpedida do autodescobrimento, condição de plenitude do ser humano” e considerou dever do Poder Público promover a convivência pacífica com o outro.

Para o vice-decano do STF, cabe a cada um trilhar a respectiva jornada. Marco Aurélio também defendia a necessidade de decisão judicial prévia, com base em laudo médico e a idade mínima de 21 anos.

A maior parte dos ministros, no entanto, acompanhou a divergência aberta por Edson Fachin. O ministro Celso de Mello afirmou ser “imperioso acolher novos valores e consagrar uma nova concepção de direito fundada numa nova visão de mundo, até mesmo, como política de Estado, a instalação de uma ordem jurídica inclusiva”.

Defensor de "ordem jurídica inclusiva", Celso de Mello considerou desnecessária autorização judicial para a mudança.

Conforme o decano do Supremo, “a prévia autorização judicial é desnecessária e encontra equacionamento na lei dos registros públicos, uma vez que se surgir situação que possa caracterizar fraude caberá ao oficial do registro civil a instauração de procedimento administrativo de dúvida”.

Relato cotidiano

A presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, declarou ter compreendido as diferentes escalas do preconceito a partir de uma conversa com uma transexual, que relatou os constrangimentos cotidianos e a dificuldade de encontrar apoio em casa.

“Há escalas de sofrimento diferentes na vida humana e esta continua invisibilizada”, disse Cármen. “Não se respeita a honra de alguém se não se respeita a imagem que tem.”

A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi apresentada pela Procuradoria-Geral da República, com base no artigo 58 da Lei 6.015/1973. Segundo o dispositivo, qualquer alteração posterior de nome deve ser motivada e aguardar sentença do juízo a que estiver sujeito o registro.

Havia também um Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que manteve decisão de primeiro grau permitindo a mudança de nome

no registro civil, mas determinando que a parte passasse por cirurgia de transgenitalização.

O Superior Tribunal de Justiça já reconhece o direito. No ano passado, a 4ª Turma concluiu que a identidade psicossocial prevalece em relação à identidade biológica, não sendo a intervenção médica nos órgãos sexuais um requisito para a alteração de gênero em documentos públicos.

Ambientes abertos

Pessoas trans podem adotar o nome social em identificações não oficiais, como crachás, matrículas escolares e na inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por exemplo. A Ordem dos Advogados do Brasil aceita a prática desde 2017.

TSE concluiu, também nesta quinta, que candidatos transgêneros femininos podem entrar na cota de mulheres.

A administração pública federal também autoriza o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais, desde abril do ano passado.

O Tribunal Superior Eleitoral decidiu que as cotas de candidatos dos partidos políticos são de gênero, e não de sexo. Assim, transgêneros devem ser considerados de acordo com os gêneros com que se identificam.

A Procuradoria-Geral da República também passou a permitir que funcionários se identifiquem da maneira como escolherem.

editorial

CONFASUBRA – POSSIBILIDADES DE UMA MUDANÇA!!!

O correrá entre os dias 5 e 11 de maio, o XXIII Congresso da Fasubra. O Congresso é a instância máxima de formulação e deliberação da política sindical da categoria técnica-administrativa em educação; portanto, o congresso em si já guarda uma importância vital para a política sindical do próximo período (2018/2020). Ao considerarmos que no Brasil está em curso um *golpe de estado* – cuja política econômica é a venda do patrimônio público –, as Instituições federais de Ensino Superior (IFES) estão na linha de tiro da privatização.

Este elemento (golpe/privatização), do ponto de vista da categoria, deve ser a principal preocupação para as deliberações do XXIII CONFASUBRA. Alertamos para esta preocupação por conta de que, para o futuro próximo, a privatização dos postos de trabalho do Estado, em geral, e da *carreira técnica-administrativa em educação*, em particular, será a tônica dos golpistas. Ou seja, a categoria em um prazo não maior do que dois anos poderá viver o mais cruel dos cenários possíveis: o desemprego na área pública.

A alternativa para um cenário desses (desemprego no setor público) é a derrubada do



golpe no Brasil, a derrota dos golpistas. Esta perspectiva – da vitória dos movimentos sociais sobre os golpistas, nas eleições de 2018 (se houverem) – deve se tornar um horizonte estratégico de curto prazo para todo o campo da esquerda. Isto compreendido, a tarefa central das trabalhadoras e dos trabalhadores é tomar para si o desafio de produzir uma unidade de classe para uma luta de grande envergadura contra os golpistas (burguesia nacional + setores fascistas da classe média + imperialismo). Para este inten-

to, a primeira batalha é a garantia do processo eleitoral com a participação de Lula (sem ele é evidente que as eleições se tornam ilegítimas). A segunda grande batalha é obter a vitória nas urnas contra os golpistas.

É importante afirmar aqui que qualquer luta corporativa (ainda que seja necessária) corre dois riscos: 1) ser fragorosamente derrotada, política e economicamente, e 2) desviar as energias de luta do propósito principal: a retomada do processo democrático no

Brasil (interrompido com o golpe contra Dilma, legitimamente eleita). Um movimento em falso, não pensado com sabedoria, pode levar a categoria para um processo político de inanição, de total desmobilização e falência organizativa. O que significa dizer que a categoria técnica-administrativa em educação, deve, a partir do XXIII Confasubra, produzir uma política de enfrentamento aos golpistas que, necessariamente, deve mobilizar amplos setores sociais.

Antecipando o congresso, e com base no que foi dito, sinalizamos para a aprovação no XXIII Confasubra a política de uma greve unificada com o setor da educação, nos três níveis de governo; materializando dessa forma um sujeito político de enorme envergadura (estamos falando aqui da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras públicas de todos os municípios, estados e da União) que tenha capacidade de incidir na atual luta de classes no Brasil, cuja relação de força pende para os setores fascistas.

A presente edição do jornal *Sindicato na Luta* é justamente apresentar uma série de posições e elementos que deverão subsidiar a escolha da delegação da FURG para o congresso.



SINDICATO NA LUTA

EXPEDIENTE

ENDEREÇO
Rua Padre Nilo Gollo, 76,
São Jorge, Rio Grande RS
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417
Email: aptafurg@vetorial.net

COORDENAÇÃO ADM E FINANCEIRA:

Alberto Campos
Celso Luis Sá Carvalho
Marco Antônio Peçanha

COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Jorge Mello
Maria de Lourdes Lose
Zulema Hernandes

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258
Tel.: (53) 99458125 marcioliveira2000@yahoo.com.br

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO

Editora Casalettras
contato@casalettras.com.br

TIRAGEM

1.000 exemplares

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.

CONFASUBRA – XXIII CONGRESSO REUNIRÁ 1500 TÉCNIC@S ADMINISTRATIV@S EM EDUCAÇÃO DE TODAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Falta pouco mais de um mês para o 23º Congresso Nacional da FASUBRA Sindical (CONFASUBRA). O evento será realizado de 06 a 11 de maio, no Centro Nacional de Convenções (Cenacon), em Poços de Caldas – MG. Serão seis dias de organização da luta para os trabalhadores técnico-administrativos em educação para o biênio 2018/2019, definindo o plano de lutas. De acordo com a FASUBRA, são esperados cerca de 1.500 delegados representando cerca de 50 entidades de base filiadas.

Discussão central

Na mesa central serão discutidos temas como a conjuntura nacional e internacional, Educação, o Projeto Universidade Cidadã e Hospitais Universitários, opressões (mulheres, LGBT, raça e etnia). A alteração estatutária e prestação de contas também serão apresentados. Após, ocorre a eleição da Direção Nacional e Conselho Fiscal.

Mesas Temáticas

Os temas específicos para discussão durante o congresso serão a organização e estrutura Sindical, as relações de trabalho, 100 anos da Revolução Russa e da primeira greve geral no Brasil (1917), assuntos de aposentadoria e aposentados (as). A comunicação contra hegemônica, universidades estaduais e municipais, raça e etnia, mulheres, LGBT e hospitais universitários (HUs) também serão discutidos.

O congresso

O CONFASUBRA é a instância máxima de deliberação da FASUBRA e deve ser realizado a cada dois anos, de acordo com o Estatuto. O congresso é soberano para deliberar sobre qualquer proposta, desde que esteja incluída no temário do evento. Também é permitida a participação de convidados e observadores, porém, sem direito a voto.

PROGRAMAÇÃO

06 de Maio	07 de Maio	08 de Maio
8h - Credenciamento 12h - Almoço 13h - Credenciamento 18h - Jantar 19h 30 - Abertura e Regimento 21h - Apresentação cultural Banda "The Pulse In Chamas"	8h - Reunião das Teses 12h - Almoço 13h - Conjuntura Nacional e Internacional 18h - Jantar 19h 30 - Instalação Comissão Diretora	8h - Universidade, Direitos Sociais, Democracia e Hospitais Universitários 12h - Almoço 13h - Grupos de Trabalho 18h - Jantar 19h 30 - Prestação de Contas
09 de Maio	10 de Maio	11 de Maio
8h - Opressões 12h - Almoço 13h - Livre 18h - Jantar 19h 30 - Livre	8h - Mesas Temáticas 12h - Almoço 13h - Plenária Final 18h - Jantar 19h 30 - Plenária Final	9h - Eleição Direção Nacional 10h - Apuração 11h - Posse 12h - Almoço

O QUE SERÁ DISCUTIDO:

Mesas / Plenárias Centrais:

- 1) Conjuntura Nacional e Internacional
- 2) Educação / projeto universidade e hu
- 3) Opressões (Mulheres, LGBTI, Raça e Etnia)
- 4) Alteração Estatutária
- 5) Prestação de Contas
- 6) Eleição da Direção Nacional e Conselho Fiscal

Mesas Temáticas (poderão sofrer alteração a critério da comissão organizadora):

- a) Organização e Estrutura Sindical
- b) Relações de Trabalho
- c) 100 anos da Revolução Russa / greve geral de 1917 no Brasil
- d) Assuntos de Aposentadoria / aposentandos/as

- e) Comunicação contra hegemônica
- f) Estaduais
- g) Raça e etnia
- h) Mulheres
- i) LGBTI
- j) Hospitais Universitários (HU)

CORRENTES QUE APRESENTARAM TESES E QUE ESTARÃO PRESENTES NO XXIII CONFASUBRA

1. RESSIGNIFICAR - É HORA DE RESSIGNIFICAR A FASUBRA PELA BASE
2. ArtSindi Fasubra – Articulação Sindical da CUT
3. Movimento Luta de Classes
4. UNIR - UNIDADE, RESISTÊNCIA E LUTA
5. ORGANIZAR OS DEBAIXO PARA DERRUBAR OS DE CIMA!
6. CTB - Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

7. MOVIMENTO SONHAR E LUTAR - Vamos à Luta pela BASE!
8. Pensamento Sindical Livre (PSLivre)
9. FASUBRA Democrática, Classista e Combativa!

As teses estão disponíveis na página da FASUBRA no endereço www.fasubra.org.br

CONFASUBRA IRÁ ELEGER NOVA DIREÇÃO DA FEDERAÇÃO

Os delegados do XXIII irão eleger a nova coordenação da Federação. A Direção Nacional é composta por 12 (doze) Coordenações, com 25 membros titulares e 25 suplentes, assim definidas:

- I - Coordenação Geral – 03 (três) membros;
- II - Coordenação de Administração e Finanças, 02 (dois) membros;
- III - Coordenação de Educação, 02 (dois) membros;
- IV - Coordenação de Formação e Comunicação Sindical, 02 (dois) membros;
- V - Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentaria, 02 (dois) membros;
- VI - Coordenação de Organização Sindical, 02 (dois) membros;
- VII - Coordenação de Políticas Sociais e Gênero, 02 (dois) membros;
- VIII - Coordenação da Mulher Trabalhadora, 02 (dois) membros;
- IX - Coordenação de Raça e Etnia, 02 (dois) membros;
- X - Coordenação de Seguridade Social, 02 (dois) membros;
- XI - Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho, 02 (dois) membros;
- XII - Coordenação das Estaduais e Municipais,

02 (dois) membros.

E quais são as competências da nova direção:

- I - Dirigir e administrar a FASUBRA Sindical, inclusive em períodos de greve da categoria, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto e o Regimento Interno, buscando por em prática decisões aprovadas nas instâncias superiores da Federação;
- II - Apresentar Planejamento Anual de Trabalho;
- III - Elaborar anualmente a previsão orçamentária do exercício seguinte;
- IV - Aprovar despesas extraordinárias por maioria simples dos diretores, respeitadas aquelas competências ou quorum diversos previstos neste Estatuto;
- V - Analisar e encaminhar para aprovação pela Plenária Nacional Geral os pedidos de filiação de novas entidades;
- VI - Aplicar as sanções disciplinares decididas na forma do Estatuto e do Regimento Interno;
- VII - Submeter à Plenária, de acordo com a legislação contábil, o parecer prévio do Conselho Fiscal o Balanço Financeiro do exercício anterior, elaborado por contador legalmente habilitado;
- VIII - Administrar o patrimônio e o quadro de pessoal da FASUBRA Sindical;
- IX - Executar a gestão financeira e patrimonial

da FASUBRA Sindical;

- X - Constituir comissões, grupos de trabalho, assessorias, de acordo com as atribuições e necessidades da Direção Nacional, definindo seus membros e atribuições;
- XI - Representar a entidade em qualquer Juízo ou Tribunal, podendo, para tanto, constituir procuradores;
- XII - Convocar Plenária Nacional Geral e Plenária Nacional por Setor Ordinária e Extraordinária; XIII - Convocar o Conselho Fiscal no caso de não haver auto-convocação;
- XIV - Convocar os Congressos Ordinários e Extraordinários FASUBRA Sindical;
- XV - Implementar, por meio de providências concretas, os planos, programas e projetos definidos pela Plenária e Congresso, bem como dar execução às diretrizes e deliberações da Diretoria;
- XVI - Defender os interesses dos filiados, coletiva ou individualmente, frente aos poderes públicos, autoridades constituídas e a administração universitária;
- XVII - Representar a FASUBRA Sindical perante as autoridades administrativas e judiciais, no estabelecimento de negociações coletivas e dissídios, podendo delegar poderes;
- XVIII - Dirigir, em conjunto com o comando de

greve, a greve nacional;

- XIX - Empreender iniciativas de informação e conscientização da categoria, que tenham por objetivo o conhecimento dos direitos e garantias fundamentais e a elevação do grau de exercício da cidadania pelos trabalhadores;
- XX - Acompanhar iniciativas populares de interesse da categoria;
- XXI - Propor medidas que visem à melhoria financeira da entidade sindical;
- XXII - Promover o intercâmbio e a troca de informações com outras entidades sindicais e afins, tanto em nível nacional quanto internacional, com as lutas dos trabalhadores;
- XXIII - Acompanhar e efetuar estudos permanentes sobre a evolução do movimento sindical nacional e internacional;
- XXIV - Promover a integração com os demais sindicatos;
- XXV - Concorrer para a formação político-sindical das filiadas;
- XXVI - Estimular entre os trabalhadores das IES a busca consciente de sua cidadania, bem como seu papel de trabalhadores do Serviço Público;
- XXVII - Promover o assessoramento à Plenária e ao Congresso, através da elaboração e apresentação sistemática de análise de conjuntura.

COLUNA: SINDICATOS DE RIO GRANDE

CPERS/Sindicato

Professores manifestam em frente ao Palácio Piratini

No último dia 4 de abril os professores estaduais do Rio Grande do Sul organizaram um ato contra o Governo Sartori. Em frente ao Palácio Piratini, os educadores exigiram que o governo recebesse a Direção Central do Sindicato. O governo respondeu que os representantes do Sindicato seriam recebidos na Secretaria da Educação – Seduc. A categoria não aceitou e pressionou, trancando o trânsito da rua lateral ao Palácio, até que o diretor geral da Casa Civil, Ademir Baretta, recebesse os diretores da entidade e representantes do Movimento Unificado dos Servidores Públicos – MUS



SINTERG

DELEGADOS RIO-GRANDINOS PARTICIPAM DA ETAPA ESTADUAL DO CONAPE 2018

Aconteceu no mês de março em Porto Alegre, a etapa estadual da Conferência Nacional Popular de Educação. Representaram a comunidade rio-grandina os delegados eleitos: representando o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande (SINTERG), a coordenadora, Jucele Devos Martins, a professora Sabrina Lackmann, a professora Sônia Machado e o professor Felipe Alonso.

Carta do Rio Grande do Sul pela Educação

No contexto da etapa estadual da Conferência Nacional Popular de Educação, nós, trabalhadoras e trabalhadores em educação das redes públicas e privada, da educação básica e superior, gestores, estudantes, pais e mães, representantes de sindicatos, partidos políticos,

associações, movimentos sociais, nos pronunciamos em defesa do direito universal à educação de qualidade.

A educação é condição essencial para o desenvolvimento humano, tecnológico, econômico e político das sociedades, condição para o acesso ao mundo do trabalho e para a formação de cidadãos e cidadãs capazes de definir seu futuro e controlar democraticamente seus representantes.

Educação, justiça social e democracia são conquistas civilizatórias e constituem pilares das sociedades que geraram desenvolvimento econômico inclusivo. Nessas sociedades, o Estado é responsável pela garantia do acesso universal da população à educação.

A sociedade brasileira vinha trilhando esse caminho. Através de um amplo diálogo, foram construídos Planos de Educação, no âmbito nacional, estadual e municipal, instituídos como leis. Os Planos contemplam parte dos anseios e das necessidades da população, para que todos e todas, cada um e cada uma, possam desenvolver-se plenamente para viver com dignidade e contribuir para a construção e o desenvolvimento da Nação.

A conjuntura política de ruptura que se instalou no Brasil, desde o impedimento da Presidenta democraticamente eleita, já caracterizada na historiografia como ‘golpe de 2016’ vem impedindo a implementação das metas e estratégias previstas nesses Planos, além de desmontar direitos históricos e arduamente conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil (reforma trabalhista e terceirização).

A entrega das riquezas nacionais, a desarticulação de nossas matrizes de produção de conhecimento e tecnologias e a paralisia dos investimentos em políticas sociais e educacionais ameaçam o presente e o futuro por inviabilizar a concretização dos sonhos sonhados por gerações inteiras de brasileiros e brasileiras que pensaram um país para todos.

A contra-reforma que deforma o ensino médio, a terceirização dos serviços na área da educação, a base nacional comum que fragmenta a educação básica e restringe a visão de currículo à listagem de

conteúdos, o apequenamento das redes públicas pelo fechamento de escolas, turmas e turnos, a destruição das escolas do campo, indígenas e quilombolas, o empobrecimento da qualidade da oferta educativa, o ataque frontal às instituições federais de ensino – Institutos e Universidades, a mercantilização dos recursos da educação, entre outros elementos, apresentam-se como ameaças e retrocessos no caminho da democratização e da qualidade da educação brasileira.

Num tempo da vida em sociedade em que a intolerância tem impedido o debate político construtivo entre posições políticas e ideológicas divergentes e em que os grandes meios de comunicação e correntes fundamentalistas passaram a moldar a consciência nacional, é preciso, mais do que nunca, que as escolas proporcionem a livre circulação e o debate de ideias divergentes, que permitam a formação de cidadãos e cidadãs capazes de analisar e avaliar as informações, muitas vezes inexatas, que lhes chegam em abundância.

Diante desses desafios, conclamamos a sociedade gaúcha a debater e posicionar-se sobre este tema tão caro para as sociedades mais justas que é a educação pública, através da organização de Comitês pela Educação e Cidadania.

Vamos à CONAPE, com esperança de que um outro mundo é possível e necessário!

Conferência Estadual - CONAPE

Sindicato dos Bancários

85 anos de história e luta na defesa dos trabalhadores



No último dia 5 de abril de 2018, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande e região (SEEBRG), fundado no ano

de 1933, completou 85 anos. Luta. Defesa. Consciência de classe. Palavras que representam a busca pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, especificamente nas cidades de Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar e Chui, e para além dessas, de toda a comunidade sulriograndense.

O SEEBRG é uma instituição que se mantém forte e coesa junto à sua categoria na defesa dos interesses dos trabalhadores, adaptando-se as realidades de sua época, pois com as tecnologias e novas percepções do mundo do trabalho, é necessário um novo olhar para o trabalhador.

Os Bancários tem uma estrutura organizada e que com as representações nos níveis municipal, estadual e nacional, respeitando a diversidade de cada região, conseguiu ser a única categoria com dissídio, nacionalmente unificado. É nesse sentido que entendemos que a nossa união e o comprometimento do trabalho tem sido os responsáveis por tamanhas vitórias.

Outro destaque do sindicato é a unidade da categoria em todos os níveis de atuação, conseguindo alcançar os objetivos, geralmente com movimentos grevistas, as vezes por longos períodos, conseguindo mudar a intransigência patronal na maioria dos casos.

Outro elemento importante nesses 85 anos refere-se a participação ativa do Sindicato junto aos movimentos sociais, como por exemplo: a representação junto aos conselhos municipais da saúde e meio ambiente, a defesa da CUT e Intersindical, além da luta pelos direitos dos trabalhadores na construção de diversas frentes.

Todo esse trabalho só foi possível porque uma categoria, consciente e ativa, acredita no comprometimento desse sindicato para estar a frente defendendo os seus direitos e buscando formas para equalizar as diferentes forças que compõem a luta dos trabalhadores.

O Sindicato tem papel de destaque junto a sua categoria, pois nesses 85 anos, muitas foram as batalhas, com conquistas e derrotas, porém, acima de tudo, com muita ação e consciência de que os direitos dos trabalhadores devem ser sempre respeitados e defendidos.

FATOS QUE VOCÊ PROVAVELMENTE NÃO LEU ENQUANTO ACOMPANHAVA O CASO LULA

A primeira semana de abril foi marcada pela votação do habeas corpus do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), o que resultou em uma série de atos de resistência nos dias seguintes e culminou na prisão de Lula. ag 8

No meio disso, o prazo para a filiação em partidos políticos foi encerrado, o Ministério da Educação entregou sua versão acabada da Base Nacional Comum Curricular sobre o ensino médio, o presidente Michel Temer (MDB) decretou flexibilização da Voz do Brasil e das leis trabalhistas para radialistas e o governador José Ivo Sartori (MDB) decretou o fim da Fundação de Economia e Estatística, além de efetuar trocas no secretariado. Confirma esses e outros acontecimentos que ocorreram em paralelo ao caso Lula na política brasileira:

MEC envia proposta da Base Nacional Comum Curricular para o Conselho Nacional de Educação

O texto da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) integra a conclusão da reforma do ensino médio – instituída por medida provisória

pela presidência em setembro de 2016. Segundo o documento, seu objetivo é ser uma “referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares” estaduais e municipais, válido para orientar propostas pedagógicas para todas as etapas do ensino básico – infantil, fundamental e médio – em instituições de ensino públicas e privadas.

Os críticos da proposta afirmam que houve pouca discussão a respeito e que ela deve ampliar desigualdades e precarizar o ensino nas escolas. O CNE (Conselho Nacional de Educação) é o órgão responsável pela manutenção da política de educação no país. A partir do envio da proposta, cabe ao conselho avaliar o documento, fazer ou não mudanças sobre seu texto, após a realização de audiências públicas, e devolver ao ministério para homologação.

Além da A Voz do Brasil, Temer sanciona decreto que atualiza regulamentação da profissão de radialista

O programa “A Voz do Brasil”, que está há mais de 80 anos no ar, poderá ser veiculado pelas emissoras de rádio no intervalo das 19 às 22

horas e não mais obrigatoriamente das 19 às 20 horas. O programa transmite as ações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais. As informações vão ao ar de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados.

Na mesma cerimônia, foi protocolada a Lei 13424/2017, que reduz o quadro de funções de radialista. Para a revisão do decreto foram considerados dois critérios: (I) as novas tecnologias, equipamentos e meios de informação e comunicação; (II) as funções técnicas ou especializadas próprias das atividades de empresas de radiodifusão. Em nota divulgada pelo Sindicato dos Radialistas do Rio Grande do Sul, a categoria afirma que: “O intuito, na verdade, é transformar os radialistas em trabalhadores multifuncionais, suprimindo acúmulos e contratos, fragilizando a qualidade do emprego e, conseqüentemente, reforçando cada vez mais o lucro para os radiodifusores, amigos, cúmplices e alinhados ao atual governo”.

Duas novas leis criminalizam mensagens misóginas e descumprimento de medidas protetivas

A Lei 13.642/2018 (originada do PLC 186/2017) delega à Polícia Federal a atribuição

de investigar crimes associados à divulgação de mensagens de conteúdo misógeno (propaganda ódio ou aversão às mulheres) pela internet. Além dela, também foi publicada a Lei 13.641/2018 (originada do PLC 4/2016), que torna crime o descumprimento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) para proteger mulheres vítimas de algum tipo de violência doméstica ou familiar.

As medidas podem ser impostas por juízes para proteger mulheres vítimas de algum tipo de violência doméstica ou familiar. Seu objetivo é afastar o agressor do lar ou do local de convivência com a mulher.

Sartori decreta fim das atividades da FEE

O governador José Ivo Sartori (MDB) assinou decreto declarando o “encerramento das atividades da Fundação de Economia e Estatística Emanuel Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Assim, o Estado, por meio da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), “sucederá a Fundação nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, de ato administrativo, de convênio ou de contrato, inclusive quanto a eventuais obrigações remanescentes, bem assim nas demais obrigações pecuniárias”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A APTAFURG/SINDICATO, convoca a categoria dos Técnicos Administrativos em Educação para Assembleia Geral, a realizar-se no teatro da APTAFURG, no dia 19/04/2018, às 8h 30 min em 1ª chamada e 9h em 2ª chamada, com a seguinte pauta:

- INFORMES
- ESCOLHA DA DELEGAÇÃO PARA XXIII CONFASUBRA
- ASSUNTOS GERAIS

SINDICATO Coordenação APTAFURG



Escritores de Quinta

Há literatura em Rio Grande!

Os Escritores de Quinta reúnem-se, desde 2016, às quintas-feiras, para experimentar a escrita literária. Como o resultado do trabalho realizado ano passado, lançamos o livro "Histórias de vento, mar e amor" com contos e minicontos. Os integrantes do grupo são: Alison Guedes Altmayer, Eliane Macedo, José Antonio Altmayer, Joselma Noal, K.V. França, Marcela Wanglon Ritcher, Murilo Sedrez, Paula Canabarro, Tomás Mendes.

Para maiores informações, visitem nosso blog: <https://escritoresdequinta.blogspot.com.br/>
E-mail: osescritoresdequinta@gmail.com



Joselma Noal nasceu em 1969, em Porto Alegre, é professora de Língua Espanhola da FURG, tradutora pública juramentada, doutoranda em História da Literatura da FURG, autora do livro de contos **Aroma Hortelã**, publicado pela Editora Movimento e co-autora do **Dicionário bilingue espanhol-português, português-espanhol DELP Palabras & Palavras** publicado pela Editora Rígel. Coordena os Escritores de Quinta. Escreve no blog: jomnicontando.blogspot.com.br

E-mail: joselmanoal@gmail.com



JOELMA NOAL

Nunca aprendi a tocar um instrumento, tentei violão na adolescência, mas foi um horror, não tenho o menor talento. Me considero alguém musical: gosto de cantar, apesar do meu desafino e das minhas versões adaptadas. Invento as letras, canto errado, até em idioma que não conheço. Se estou dançando, sempre canto junto, se não sei a letra, invento e nem preciso estar movida a álcool!

Isso de mudar as letras das músicas, eu só fui descobrindo com o tempo. Uma ocasião em que minha sogra cantava pra minha filha dormir, me dei conta que havia conseguido modificar até canção de ninar.

Sou musical, porque faço literatura: a escrita tem um ritmo, uma melodia, que não é exclusividade da poesia, está na prosa também; razão pela qual o escritor deve ler seu texto em voz alta, nos encontros dos Escritores de Quinta sempre o fazemos, ajuda muito para a

revisão do texto final.

No começo da vida na cidade do Rio Grande, há sete anos, me chamou atenção a quantidade e a qualidade de artistas da cidade! No palquinho no Cassino, durante o verão, me surpreendi com tanta música boa! Logo conheci também poetas, escritores, artistas plásticos, fotógrafos, artesãos, atores, dançarinos, cartunistas, enfim, artistas de diferentes estilos e talentosos por aí perdidos com pouco incentivo para fazer sua arte na cidade. Com o tempo a situação foi melhorando... Longe do ideal ainda!

Importante pergunta: a arte serve pra quê mesmo? Para fugir da realidade, encontrar um mundo melhor, compreender a de si mesmo e ao outro, ser mais solidário, mais crítico, mais humano, mais sensível? Para tudo isso e muito mais!

O Brasil vive um momento cruel, sob administração de corruptos desinteressados em qualquer bem para a sociedade, em todas as áreas: saúde, educação, segu-

rança pública, arte e cultura. Estão preocupados, sim, em roubar e esconder as sujeiras embaixo do tapete, assim na cara da população a cada dia mais cega. (E a cegueira do brasileiro pode ser tema para outro texto) O Rio Grande do Sul segue, igualmente, desgovernado por um incompetente, assessorado por outros tantos incompetentes, entre eles o Secretário da Cultura que quer encerrar o Adote um Escritor, projeto desenvolvido há anos no nosso estado, contribuindo muito para a formação de leitores nas escolas.

E a cidade do Rio Grande? Apesar de ter melhorado em arte e cultura, ainda há muito a ser feito. Em junho deste ano, a Secretaria da Cultura abriu espaço para discussão com os artistas, no II Fórum Municipal de Cultura, em parceria com a FURG. No encontro foi apresentado o Plano Municipal de Cultura e eleitos representantes para o novo Conselho Municipal de Política Cultural, contem-

plando as diferentes expressões artísticas, além dos sete representados pelo Poder Público, composto por servidores da Prefeitura do Rio Grande e da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

E eu sigo a esperar e a sonhar com um apoio maior para a literatura, sei que não estou sozinha em meu sonho! Dizem por aí: sonho que se sonha junto, vira realidade! Então sonhemos juntos, escritores e poetas, por um edital de Cultura que contemple as diferentes formas artísticas, inclusive a literária, e com uma verba cujo valor seja suficiente para executar diferentes e significativas atividades artísticas e culturais, como publicação de obras para, posteriormente, desenvolver projetos com a SMED com os escritores contemplados com o incentivo de publicação, algo como o Adote um escritor, porque nós todos, rio-grandinos naturais ou adotivos, merecemos arte e cultura!

AUXÍLIO TRANSPORTE NA FURG

A APTAFURG foi vitoriosa em ação judicial coletiva que impõe a FURG a necessidade de pagar o benefício do auxílio transporte independentemente da comprovação do gasto com transporte público. Em outras palavras, o servidor público tem direito ao recebimento do benefício do auxílio transporte, mesmo que o seu deslocamento se dê por veículo próprio.¹

É o valor que deve ser pago a título de auxílio transporte, é o valor que representa o custo com o deslocamento do servidor de sua casa até o trabalho e vice versa, com transporte público, mesmo que na prática o servidor faça esse trajeto com o seu veículo particular, com transporte fretado, de carona, etc...

O custo com o transporte público deve ser calculado considerando todos os trajetos de ônibus que o servidor precisaria utilizar para o seu deslocamento de ida e volta, multiplicado por 22 dias úteis no mês, menos o percentual de 6% proporcional a 22 dias do seu vencimento básico.

Um exemplo hipotético: o servidor reside em Pelotas e trabalha no campus cidade da FURG. Para o seu deslocamento por transporte público (mesmo que use veículo próprio),

seria necessário um ônibus urbano de sua residência em Pelotas até a rodoviária de Pelotas (R\$ 3,35), um ônibus intermunicipal de Pelotas até a rodoviária de Rio Grande (R\$ 13,70), e um ônibus urbano da rodoviária de Rio Grande até o campus cidade da FURG (R\$ 3,40).

O valor diário de deslocamento no exemplo acima (março de 2018) representa o valor de R\$ 20,45 de ida e R\$ 20,45 de volta, multiplicado por 22 dias úteis do mês, soma a quantia de R\$ 899,80. Deste valor é preciso subtrair 6% do vencimento básico do servidor, proporcional a 22 dias.

Por exemplo, o vencimento básico de um médico com jornada de trabalho de 40 horas semanais recém-ingresso na FURG é de R\$ 4.180,66. O seu vencimento proporcional a 22 dias soma R\$ 3.065,81, chegando-se ao valor representativo ao desconto de 6% que soma a quantia de R\$ 183,94.

No caso acima, portanto, o valor que deveria estar o servidor recebendo em contracheque a título de auxílio transporte soma a quantia de R\$ 899,80 – R\$ 183,94 = **R\$ 715,86**.

O problema é que nem todos os técnicos estão sendo contemplados pelos efeitos desta decisão do processo coletivo da APTAFURG.

A FURG firmou posição tanto na via administrativa como na via judicial, de que somente podem ser contemplados pelos efeitos desta decisão judicial do processo coletivo da Aptafurg os técnicos que na data de 22/03/2012 (data de ingresso da ação judicial coletiva da Aptafurg) já eram servidores da FURG e estavam na época filiados/sindicalizados a Aptafurg.

Essa mensagem foi inclusive divulgada recentemente pela PROGEP em documento intitulado “AUXÍLIO TRANSPORTE: inclusão por decisão judicial. Dúvidas Frequentes”.

Neste documento, a pergunta e a resposta de número dois possuem a seguinte redação:

“Não fui contemplado nessa ação, mas também quero receber o auxílio transporte da mesma maneira de quem está contemplado. O que devo fazer para solicitar o auxílio transporte?”

Infelizmente a FURG não tem amparo legal para contemplar os servidores que não estão mencionados na ação em questão. Portanto, para quem não foi contemplado permanece a obrigatoriedade de comprovação mensal

das despesas”.

Pois esse servidor “não contemplado” tem como alternativa a esta situação entrar com a sua ação judicial individual própria, a fim de afastar judicialmente, tal como foi afastado no processo judicial coletivo da Aptafurg, esta obrigatoriedade a comprovação mensal com gasto de transporte público.

Portanto, está aberta a possibilidade para aqueles servidores técnicos “não contemplados” pela ação judicial coletiva da Aptafurg, ou seja, que não estão conseguindo na via administrativa o recebimento do auxílio transporte, a fazerem a sua ação judicial própria.

Para maiores informações, a assessoria jurídica da Aptafurg atende nas segundas e quartas pela manhã na sede do sindicato.

Lindenmeyer Advocacia & Associados

1 - Desde que o custo com o transporte público no seu deslocamento casa-trabalho e vice versa seja superior a 6% do seu vencimento básico proporcional a 22 dias de trabalho. Em síntese, quem trabalha e reside em Rio Grande, por exemplo, não teria matematicamente valor positivo a receber. *Todavia, quem reside em cidade diferente da que trabalha, em tese, teria direito a diferenças.*

CONGRESSO MANTÉM VETO AO PROJETO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Atualmente, o funcionalismo tem o direito de se organizar e sindicalizar, mas, o direito à negociação coletiva, organização e liberação sindical não são regulamentados por lei, dificultando a luta por manutenção e ampliação de direitos.

A Câmara dos Deputados aprovou a manutenção do veto ao projeto de negociação coletiva (PL 3.831/15) no serviço público. Em votação nominal, a maioria dos deputados e senadores foram contra a derrubada do veto.

Na trave

Antes do veto integral pelo ilegítimo presidente Michel Temer em dezembro de 2017, o projeto foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração Pública e Serviço Público (CTASP) e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, sob relatoria da deputada federal Alice Portugal (PCdoB/BA). Ex-coordenadora da FASUBRA e técnica-administrativa em educação, a deputada acompanhou toda a tramitação do projeto de lei.

Conteúdo do projeto

O projeto obriga União, estados e municípios a prover plena efetiva-



ção do processo de negociação coletiva, tornando-a um mecanismo permanente de prevenção e solução de conflitos.

Prevê ainda que as negociações poderão ser feitas por meio de mesas, conselhos, comissão ou

grupo de trabalho, em que representantes sindicais dos servidores e do ente estatal terão participação paritária.

Manutenção e ampliação de direitos

A luta dos servidores públicos

pelo direito à negociação coletiva, atualmente exclusiva aos trabalhadores regidos pela CLT, passa de 30 anos. De acordo com o funcionalismo, o projeto não gera despesa ao governo, apenas fixa e regulariza a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 27 de junho de 1978.

Para garantir reajuste salarial, padrões remuneratórios, planos de carreira, condições de trabalho, aposentadoria, planos de saúde e política de recursos humanos, entre outras, os servidores públicos recorrem ao único instrumento garantido pela Constituição, a greve.

Atualmente, o funcionalismo tem o direito de se organizar e sindicalizar, mas, o direito à negociação coletiva, organização e liberação sindical não são regulamentados por lei, dificultando a luta por manutenção e ampliação de direitos.

PRISÃO DE LULA: 'PAÍS PASSA POR MOMENTO PIOR DO QUE NA DECRETAÇÃO DO AI-5' FONTE: REDE BRASIL ATUAL

«Caíram todas as máscaras», diz Laymert Garcia dos Santos. «As pessoas não percebem que, se um ex-presidente tem um habeas corpus negado da maneira obscena como foi, imagina então um cidadão comum»

São Paulo – «Agora a gente vai ver se a aposta de botar a canga no pescoço do povo e levar para uma situação neocolonial foi ganha. Vai ser ganha mesmo? Isso vai depender da capacidade de resistência.» Assim o sociólogo Laymert Garcia dos Santos fala de suas expectativas sobre o processo político-institucional que culminou com a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista à RBA.

«Quando a gente diz que a situação está difícil é porque o fascismo está implantado mesmo. Ele estava se implantando dois anos atrás e agora está aí na cara de todo mundo», acrescenta. «Com a prisão do Lula caíram todas as máscaras. E as últimas máscaras importantes que caíram mostraram a suposta neutralidade dos militares e do Judiciário.»

Para o sociólogo, as pessoas de um espectro que vai dos democratas a setores da esquerda não estão entendendo a gravidade da situação do país, quando um ex-presidente da República tem seus direitos negados pelo próprio Supremo Tribunal Federal (STF) «de maneira obscena».

«Uma vez que caíram todas as máscaras, a questão Lula é: qual será a reação e a resistência a isso?» Na opinião de Laymert, antes do desfecho e da prisão do ex-presidente, já era óbvio que o golpe não teria deposto a ex-presidenta Dilma Rousseff «para depois entregar ao Lula». «É óbvio, mas parece que a gente ainda tem que insistir no óbvio, porque ainda tem gente achando que tem que apostar as fichas na Rosa Weber.»



Há dois anos, você afirmou que o fascismo já estava no país. Hoje, quais suas perspectivas? Ainda acredita em uma reviravolta no quadro político?

O momento é difícil. Mas, ao mesmo tempo, penso que agora é que as coisas vão começar efetivamente. Há dois anos eu achava que a elite tinha feito a aposta que colocava a canga no pescoço do povo e levava para uma situação neocolonial.

Eu acho que ela fez essa aposta e agora é a hora de ver se ela ganha ou não ganha essa aposta. Quando a gente fala que a situação está difícil é porque o fascismo está implantado mesmo. Ele estava se implantando dois anos atrás e agora está aí na cara de todo mundo.

Boa parte do meu silêncio durante todo esse período é que eu achava que não

adiantava falar, porque tudo o que se enunciava parecia que entrava por um ouvido e saía pelo outro. As pessoas continuavam achando que, se «continuar assim, o fascismo vai vir». Mas o fascismo já estava aí e as pessoas achavam que podia ser uma eventualidade.

O que representa a prisão de Lula?

Como o fascismo já está aqui, com a prisão do Lula caíram todas as máscaras. E as duas últimas máscaras importantes que caíram mostraram a suposta neutralidade dos militares e também do Judiciário. Existia a ameaça, mas sempre havia a esperança de a gente ser salvo in extremis.

No último minuto ia ter alguma coisa no STF, em alguma instância teria algum jeito de resolver, no Tribunal Superior Eleitoral ia ter alguma coisa que permitiria fazer com que não acontecesse aquilo que estava, com todas as evidências, se colocando desde o golpe contra a Dilma.

E era óbvio que eles não dariam o golpe contra a Dilma para depois entregar ao Lula. É óbvio, mas parece que a gente ainda tem que insistir no óbvio, porque ainda tem gente achando que tem que apostar as fichas na Rosa Weber. Então é preciso dizer que agora caíram todas as máscaras.

Uma vez que caíram todas as máscaras, a questão Lula é: qual será a reação e resistência a isso? Eu estive em São Bernardo e confesso que, apesar da alta qualidade da resistência lá, acho que era pouca gente. Diante da gravidade da situação, era para ter 300 mil, 400 mil pessoas.

Supondo que o Lula seja solto por uma medida judicial de uma hora para outra, o que isso mudaria?

Se o Lula for solto de uma hora pra outra, isso não mudaria minha opinião, porque o episódio não termina com a prisão do Lula ou com a soltura dele daqui a pouco. Se ele for solto, nada garante que ele vai ficar solto. A gente já viu a natureza desse Judiciário de alto a baixo. Ou melhor, de baixo a alto. E a gente já viu o comprometimento dele com o golpe.

Se isso já está claro, se a máscara já caiu, não adianta a gente achar que vai ter uma medida, um recurso, alguma coisa que tire o Lula da cadeia. O problema já não é nem o Lula, o problema é o grau de mobilização e compreensão das pessoas do que é que está em jogo. O que está em jogo já é maior do que o Lula.

O que está em jogo?

As pessoas achavam, e continuam achando, que a eleição do Lula resolveria o problema da crise brasileira. O que está claro é que a eleição do Lula poderia ajudar em parte a resolver a crise brasileira. Mas ela não vai se resolver só com Lula, dado o grau de divisão e conflito que existe na sociedade.

O projeto neoliberal fascista é muito claro, e as forças desse campo sabem o que querem, apesar de elas se destroçarem entre si. Já do lado da esquerda, não está



claro. Sem ser a eleição do Lula, o que mais está claro?

Isso é muito complicado, porque com o golpe eles querem eliminar o Lula de qualquer maneira e, para não eliminá-lo, precisava ter uma mobilização que falta. Falta povo.

Fernando Haddad fez uma análise meses atrás segundo a qual o projeto “deles” seria levar a direita e a extrema direita para o segundo turno, para no final eleger a direita. Como avalia essa tese?

Eu concordo. Acho que muito provavelmente vai ser algo assim. Por isso acho complicado analisar a crise só sob o prisma eleitoral, como se as eleições pudessem resolver essa crise. Seja a vitória da direita, seja da extrema direita, não resolve os problemas do país, não resolve a guerra entre as elites e o povo. Essa guerra vai continuar, de alguma maneira.

E não caiu ainda a ficha sobre a situação real em que nós estamos. Parece que ainda vai-se conseguir resolver a questão pela via eleitoral. Existe uma espécie de bom-mocismo da esquerda, de acreditar em alguma medida salvadora de alguém do Judiciário que possa fazer alguma coisa, quando tudo já foi rifado, a legalidade, a Constituição.

Com o golpe eles querem eliminar o Lula de qualquer maneira e, para não eliminá-lo, precisava ter uma mobilização que falta. Falta povo.

Há duzentos exemplos do que foi sendo rifado no caminho, de como a Constituição foi vilipendiada, como não existe mais lei, como o que existe mesmo é Estado de exceção. Tinha uma controvérsia sobre o Lula se entregar ou não. Eu acho que a posição mais interessante foi a do Guilherme Boulos, que é quem está na frente da mobilização [“Se alguém rasgou a Constituição foi quem condenou sem prova, que quis determinar prisão sem trânsito em julgado (...) Nunca vi um foragido que o Brasil todo sabe onde é que está”, disse Boulos na sexta-feira, 6].

Como candidato, o que Guilherme Boulos representa e o que ele herda nesse processo?

Para mim, ele aparece como o verdadeiro herdeiro do Lula, no sentido de uma relação direta com o povo, e de uma política que privilegia essa relação. O que ele vai conseguir com isso não depende só dele, vai depender muito mais da capacidade de conseguir mobilizar muita gente, o que acho que está difícil, porque olhando dentro da esquerda e entre as pessoas informadas, diante da gravidade da situação, as pessoas não se deram conta do que está

acontecendo, do que significa por exemplo suspender o habeas corpus.

O que é contra todos os cidadãos...

É claro. Parece que as pessoas não conseguem perceber que, se um ex-presidente tem um habeas corpus negado da maneira obscena como foi, imagina então um cidadão comum que se torna suspeito por alguma razão em alguma instância. As pessoas não se deram conta, acham que a vida delas está igual.

E muitas pessoas comemorando a prisão. Como viu esse clima?

As pessoas comemorando estão ou mal informadas, totalmente alienadas, ou então estão contaminadas pelo ódio mesmo. Mas estava falando sobre o campo da esquerda e do campo democrático, que em princípio agregaria muita gente, porque afinal tem bastante eleitor do PT e dentro da esquerda. A ficha não caiu.

Quando Dilma foi afastada, você disse que sua expectativa era de que o país levaria 20 anos para se recuperar. Continua com essa expectativa?

Continuo com essa expectativa, porque isso que veio, veio para ficar, com uma violência mais forte do que em 1964. Eu considero que o que aconteceu no STF e o modo como a decretação da prisão do Lula se deu, e os sinais de desdobramentos, o modo como o Judiciário se comporta etc., pra mim tudo isso é pior do que o AI-5.

Eu tinha 20 anos de idade e lembro como era exatamente o meu sentimento no dia em que foi decretado o AI-5 – eu era estudante na Escola de Comunicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Eu estava vivendo tudo aquilo, o episódio Edson Luís etc. (estudante secundarista assassinado por policiais militares no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968). E hoje tenho a sensação de que o que aconteceu na semana que passou foi pior do que a decretação do AI-5.

Por quê?

Porque foi mais grave no sentido de que você percebe que as forças destruídas estão muito mais articuladas do que eram naquela época e o entendimento do que significa isso, em termos de mobilização de resistência, é menor do que naquele tempo. Caem as máscaras todas. Tudo está explicitado. E agora a gente vai ver se a aposta de botar a canga no pescoço do povo e levar para uma situação neocolonial foi ganha. Vai ser ganha mesmo? Isso vai depender da capacidade de resistência.